

Experiências de vitimização nas relações íntimas de pessoas não-binárias bissexuais

Experiences of victimization in the intimate relationship of bisexual non-binary individuals

Experiencias de victimización en las relaciones íntimas de personas no binarias bisexuales

Laura Aime de Oliveira Inda(1); Thaís de Castro Jury Arnoud(2); Luísa Fernanda Habigzang(3)

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

E-mail: lauraaimeinda@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2126-9247>

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

E-mail: thaiscjarnoud@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6721-7816>

3 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: luisa.habigzang@pucrs.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0262-0356>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 118-137, janeiro-junho, 2025 - ISSN 2175-5027

[Submetido: 8 out. 2024; Revisão1: 2 jan. 2025; Revisão2: 5 dez. 2025; Aceito: 4 mar. 2026; Publicado: 16 set. 2026]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2025.v17i1.5118>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Jean Von Hohendorff

Resumo

A violência nas relações íntimas (VPI) na população LGBTQIA+ mostra-se agravada diante dos estressores de minorias. Apesar da violência ser um grave problema de saúde pública, são escassos os estudos específicos sobre essa população no Brasil. Assim, o objetivo deste estudo quantitativo foi caracterizar as experiências de vitimização nas relações íntimas e avaliar indicadores de saúde mental e suporte social de pessoas não-binárias bissexuais brasileiras. O artigo teve delineamento descritivo. Participantes (N=112) responderam os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico e sobre VPI, Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse, Escala de Percepção de Suporte Social. A maior parte da amostra (71%) relatou histórico de VPI, sendo a fetichização, a invalidação da identidade, as violências psicológicas e sexuais as tipologias mais frequentes. A amostra também apresentou ansiedade severa, depressão e estresse em níveis moderados, bem como alto suporte de amigos ou outras pessoas significativas. Os resultados evidenciam altos índices de vitimização e vulnerabilização em saúde mental na população não binária bissexual. O estudo destaca a necessidade da implementação de políticas públicas e de produções científicas que abarquem as especificidades desta população, considerando intersecções entre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais.

Palavras-Chave: Não-binariedade, Bissexualidade, Violência LGBTQIA+, Violência na Relação Íntima, Garantia de Direitos.

Abstract

Intimate partner violence (IPV) in the LGBTQIA+ population appears to be exacerbated by minority stressors. Although violence is a serious public health problem, there are few studies specifically focused on this population in Brazil. Thus, the aim of this quantitative study was to characterize experiences of victimization in intimate relationships and to assess mental health indicators and social support among Brazilian non-binary bisexual individuals. The study used a descriptive design. Participants (N = 112) answered the following instruments: a sociodemographic and IPV questionnaire, the Depression, Anxiety and Stress Scale, and the Social Support Perception Scale. Most of the sample (71%) reported a history of IPV, with fetishization, identity invalidation, psychological and sexual violence being the most frequent types. The sample also presented severe anxiety, moderate levels of depression and stress, as well as high support from friends or other significant people. The results show high rates of victimization and mental health vulnerability among non-binary bisexual individuals. The study highlights the need for the implementation of public policies and scientific production that address the specificities of this population, considering intersections between gender, sexuality, and other social markers.

Keywords: Nonbinary, Bissexuality, LGBTQIA+ Violence, Intimate Partner Violence, Rights Guarantee.

Resumen

La violencia en la pareja (VRP) en la población LGBTQIA+ se muestra agravada frente a los estresores de minorías. Aunque la violencia es un grave problema de salud pública, son escasos los estudios específicos sobre esta población en Brasil. Así, el objetivo de este estudio cuantitativo fue caracterizar las experiencias de victimización en relaciones íntimas y evaluar los indicadores de salud mental y apoyo social en personas no binarias bissexuales brasileñas. El estudio tuvo un diseño descriptivo. Participantes (N = 112) respondieron los siguientes instrumentos: cuestionario sociodemográfico y sobre VRI, Escala de Depresión, Ansiedad

y Estrés, y Escala de Percepción de Apoyo Social. La mayor parte de la muestra (71%) informó antecedentes de VRI, siendo la fetichización, la invalidación de la identidad y las violencias psicológicas y sexuales las tipologías más frecuentes. La muestra también presentó ansiedad severa, depresión y estrés en niveles moderados, así como alto apoyo de amistades u otras personas significativas. Los resultados evidencian altos índices de victimización y vulnerabilidad en salud mental en la población no binaria bisexual. El estudio destaca la necesidad de implementar políticas públicas y producción científica que contemplen las especificidades de esta población, considerando intersecciones entre género, sexualidad y otros marcadores sociales.

Palabras clave: No-binariedad, Bisexualidad, Violencia LGBTQIA+, Violencia en la pareja, Garantía de derechos.

Introdução

A violência é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) como o uso de força física ou poder, em ameaça ou efetivamente, contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A violência interpessoal, que inclui situações de violência nas relações íntimas (VPI), é considerada um problema de saúde pública desde 1996 segundo a resolução WHA49. De acordo com o Anuário de Segurança Pública (2025), os registros de lesões corporais dolosas contra a população LGBTQIA+ somaram 4.929 ocorrências em 2024, representando aumento de 1,9% em relação a 2023. Já os homicídios dolosos e os estupros apresentaram reduções em comparação ao ano anterior. Contudo, as bases de dados utilizadas pelo Anuário apresentam inconsistências em 10 unidades federativas, seja pela ausência de informações ou falta de registros no período.

Nesse cenário, o monitoramento realizado pela sociedade civil torna-se essencial para evidenciar a gravidade da violência contra pessoas LGBTQIA+ no país. Um exemplo é o Dossiê do Grupo Gay da Bahia (Benevides, 2025), que registrou, para o ano de 2024, 117 assassinatos de travestis e mulheres transexuais, além de 5 casos envolvendo homens trans e pessoas transmasculinas. Ademais, segundo o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo pelo 16º ano consecutivo e as principais vítimas continuam sendo mulheres trans, jovens e negras. Os crimes costumam ocorrer com níveis extremos de brutalidade. Além disso, o Brasil seguiu, em 2024, como o país com o maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ no mundo: ao todo, foram registradas 291 mortes violentas, representando um aumento de 8,83% em relação ao ano anterior (ANTRA, 2025). Um estudo nacional verificou que dentre 22.567 notificações de violência entre adultos LGBTQIA+, o principal vínculo com o autor da agressão foi o de parceria íntima, representando 27,2% dos casos (Pinto et al., 2020). Entretanto, cabe

ressaltar que não foram encontrados dados específicos sobre as taxas de vitimização da população não binária bissexual no país.

A violência nas relações íntimas (VPI) é descrita como um padrão de comportamentos abusivos, violentos e coercitivos que pode provocar danos físicos, abuso psicológico, abuso sexual e intimidação, provocadas por uma atual parceria ou ex-parceria íntima (OMS, 2002). Alguns estudos indicam que pessoas autodeclaradas bissexuais e pessoas que fazem parte da comunidade trans, como pessoas não binárias, estão mais vulneráveis a sofrerem violência psicológica em suas relações íntimas (Bonassi et al., 2015; Coston, 2021). Essa violência é definida pelo Código Penal Brasileiro (Lei 14.132/2021) como o uso de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, chantagem, ridicularização etc. e que causem danos emocionais e psicológicos à vítima. Ainda, a literatura internacional indica que a violência nas relações íntimas de pessoas LGBTQIA+ pode apresentar especificidades, como a instrumentalização de opressões sistêmicas para perpetração de agressões específicas contra a identidade dissidente da parceria íntima, por meio de ameaças em expor a identidade ou sexualidade da parceria, ou ainda, restringir o acesso à comunidade LGBTQIA+ para apoio e suporte social (Woulfe & Goodman, 2020).

Nas últimas décadas ocorreram importantes avanços em termos de legislação para o enfrentamento e prevenção da violência contra mulheres, como a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que abarca as violências sofridas por mulheres no ambiente doméstico, familiar e nas relações íntimas. Ainda que, em teoria, mulheres lésbicas, bissexuais e trans já pudessem ser amparadas pela lei, em 2025, houve a ampliação desta legislação para que passasse a contemplar homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais e a população trans oficialmente. Apesar desta inclusão formal, as políticas de enfrentamento à VPI ainda são estruturadas sob uma perspectiva cisgênera, monossexual e heteronormativa. Isso reflete em um despreparo dos serviços que compõem a rede de atendimento e possibilita novas revitimizações para a população bissexual não binária.

A VPI trata-se de uma “pervasiva” violação dos direitos humanos que pode causar graves consequências para o bem-estar físico, mental, sexual e social (OMS, 2010). Um estudo brasileiro indica que a VPI na população LGBTQIA+ apresenta especificidades não só na maneira em que se manifesta, mas também nas repercussões do fenômeno. Isso pode ser explicado a partir de estressores específicos vivenciados por essa população, tais como sofrer discriminação ou invalidação de sua identidade sexual ou de gênero desta parceria, a possível ausência de rede de apoio formal e informal, bem como medo de denunciar a violência devido a descrença nos sistemas de saúde e justiça (Oliveira et al., 2023).

Mulheres bissexuais, por exemplo, experienciam prevalência consideravelmente mais alta de violência nas relações íntimas em comparação com mulheres

heterossexuais e lésbicas (Coston, 2021; Oliveira et al., 2023). Entende-se que esses indicadores mais elevados estão relacionados às opressões decorrentes do monossexismo e heteropatriarcado (Eisner, 2013), mas ainda são escassos os estudos sobre as violências sofridas pela população bissexual em geral, incluindo também pessoas não binárias. A literatura indica também que a população bissexual apresenta os piores indicadores de saúde mental entre a comunidade LGBTQIA+ e em comparação com sujeitos heterossexuais (Ross, 2018), mas não há estudos que apresentem dados referentes à intersecção entre as identidades não-binárias/trans e bissexuais em termos de saúde mental e violência nas relações íntimas, contribuindo para a manutenção de uma produção científica cisheteronormativa e monossexual.

A não-binariedade é um termo guarda-chuva que abarca as identidades entendidas para além do binarismo de gênero homem e mulher (Lima, 2020). Pessoas não-binárias não se identificam com o binarismo de sexo/gênero em sua totalidade, ou se identificam parcialmente com ambos ao mesmo tempo, ou com a prevalência de um a maior parte do tempo. Existem diversas nomenclaturas para pessoas não binárias, como demiboy (se identifica com o sexo/gênero masculino a maior parte do tempo), demigirl (se identifica com o sexo/gênero feminino a maior parte do tempo), também, podem nomear-se como pessoa trans (Bonassi, 2017). Para compreender a existência de gêneros que se opõe à norma binária, parte-se de que todo gênero, incluindo homem e mulher, são construções sociais (Lima, 2020).

Segundo Joan Scott (1989), o gênero opera como um elemento constitutivo das relações sociais, e simboliza as relações de poder entre as diferenças percebidas entre os sexos. Essas questões podem ser pensadas através do sistema cisnormativo, que é descrito por Bauer (2009) como a expectativa de que todas as pessoas devem ser cissexuais. Essa ideologia é tão difundida e predominante socialmente, que molda a criação dos filhos, as políticas, práticas dos indivíduos e instituições no mundo (Bauer, 2009). Assim, a cisnorma define a maneira correta, moral, saudável e normal de performatizar o sexo/gênero por meio do imaginário social como um ideal regulatório de produção dos indivíduos (Bonassi, 2017). Desse modo, sob a lente de um sistema cisnormativo, que estabelece como norma social pessoas consideradas cisgênero, a identidade não-binária se destaca como uma forma de resistência, a partir da dissociação de experiências fixas da binaridade de gênero homem e mulher (Balem, 2020).

Associada à cisnormatividade, a heteronorma consiste em outro amplo sistema de opressão que regula a identidade sexual das pessoas. A heteronormatividade estabelece corretas e esperadas atitudes no que concerne à sexualidade dos indivíduos, isto é, julga imoral qualquer conduta que não esteja de acordo com o binarismo dos sexos masculino e feminino. Determina que as pessoas só podem e devem sentir atração sexual-afetivo pelo sexo oposto ao seu, se identificar com o gênero estipulado no nascimento e se relacionar com uma pessoa por vez. Seguindo a lógica da heteronorma,

as pessoas deveriam ser heterossexuais, cisgêneras, monossexuais e monogâmicas (Matta, 2021). Compreende-se que o sistema cisheteronormativo atua em conjunto com outros sistemas de opressão e opera nos níveis hegemônico, estrutural, disciplinar e interpessoal, repercutindo em violências também nas relações íntimas (Collins, 2022).

A intersecção entre a não binariedade e identidades monodissidentes, como a bissexualidade, ainda é pouco explorada na literatura nacional e internacional. A bissexualidade é caracterizada pela atração sexual e/ou afetiva por mais de um gênero, representando uma identidade monodissidente (Flanders, 2017). A relação sexual e/ou afetiva com diferentes gêneros é uma prática conhecida, manifestada desde os tempos da Grécia antiga, todavia, na atualidade, a bissexualidade enquanto identidade segue tendo sua existência e legitimidade negada por enquadramentos monossexuais (Jaeger, 2019; Lewis, 2012). O monossexismo considera legítimas e superiores apenas orientações sexuais que sentem atração sexual/afetiva por um único sexo ou gênero (heterossexualidade, homossexualidade e lesbianidade). É uma construção social que presume que todos os indivíduos sejam ou deveriam ser monossexuais, e tratam como desviantes aqueles que não se modulam seguindo essa estrutura. Assim, a bissexualidade acaba por ser rejeitada, uma vez que não é considerada uma orientação monossexual (Eisner, 2013; Ross et al., 2010). Ademais, quando a bissexualidade não é invisibilizada pela cultura do monossexismo, é julgada como uma orientação sexual controversa, de pessoas confusas, menos confiáveis e promíscuas (Jaeger, 2019).

Assim, a não binariedade e a bissexualidade encontram-se na oposição à norma, tendo em vista que são consideradas desviantes do binarismo homem/mulher ou heterossexual/homossexual (Bonassi, 2017). Por tensionar a rigidez de uma sociedade monossexista e cisnormativa, essas identidades são marginalizadas, silenciadas e excluídas, sustentadas por discursos médicos, psicológicos e psiquiátricos. Historicamente, a patologização imposta pelas práticas biomédicas e pela ciência psicológica contribuíram para a produção de estigmas de pessoas transexuais/não-binárias e bissexuais (Bonassi, 2017). Na cultura ocidental contemporânea, que opera a partir de uma lógica que legitima vidas de pessoas inseridas na norma, tudo o que é percebido fora desta lógica é sujeito de aniquilamento. Vidas não reguladas por essa dialética, além de serem reduzidas ao silêncio, têm sua existência negada. Assim, não somente são consideradas ilegítimas, como tornam-se uma ameaça para essa lógica binária de gênero e sexualidade (Foucault, 1988).

No intuito de elucidar práticas de invisibilização, negação e aniquilamento de pessoas não binárias bissexuais, recorre-se à noção de enquadramento, proposta por Judith Butler (2015). Os enquadramentos atuam na diferenciação de vidas que são tidas como legítimas, de sujeitos vivos, mas não reconhecidos como vidas legítimas. O enquadramento opera seguindo uma lógica normativa, a qual determina que uma figura viva fora das normas, não somente se torna um problema a qual a normatividade

tem de resolver, mas não é nem reconhecida como uma vida. Por conseguinte, se essa vida não é exatamente reconhecida como vida, são consideradas destrutíveis, tornando-se uma vida cuja perda não é passível de luto (Butler, 2015).

Reconhecendo que o enquadramento das experiências de pessoas não binárias bissexuais é regido por uma verdade monossexual e cisnormativa, o sofrimento dessas pessoas carece de biolegitimidade, de modo que essas pessoas sequer são vistas enquanto sujeitos de direitos (Jaeger, 2019). Para além das altas taxas de violência interpessoal e dos estressores comuns que qualquer pessoa enfrenta no cotidiano, grupos minorizados socialmente lidam com estressores adicionais específicos oriundos de experiências de discriminação e opressões sistêmicas. A Teoria do Estresse de Minorias, desenvolvida por Virginia Brooks (1981) e ampliada por Meyer (1995; 2003), sustenta que o preconceito contra a diversidade sexual atua como um agente estressor, produzindo impactos negativos na saúde mental, física e nas relações interpessoais de pessoas LGBTQIA+ (Meyer, 1995; 2003). Esses estressores específicos são classificados como distais e proximais. Os estressores distais são aqueles externos que estão situados no âmbito social, como agressões verbais e físicas e experiências de estigma comunitário. Já os estressores proximais dizem respeito a processos subjetivos, como a internalização de crenças negativas sobre a própria identidade dissidente. Assim, os maiores indicadores de sofrimento em saúde mental não são decorrentes da própria identidade LGBTQIA+ em si, mas sim de um sistema que produz a exclusão de determinados sujeitos, como é o caso de pessoas não binárias bissexuais (Meyer, 2015).

Uma revisão sistemática que analisou indicadores de saúde de pessoas não binárias encontrou maiores riscos de isolamento, ideação suicida, vitimização e resultados negativos de saúde quando comparados a pessoas cisgêneras (Scandurra et al., 2019). Já em um dos poucos estudos realizados com pessoas bissexuais trans, sendo a maior parte da amostra não binária, encontrou-se que estas apresentaram índices mais baixos de percepção de suporte social e bem-estar psicológico em comparação a pessoas bissexuais cisgêneras. Entretanto, reportaram maiores escores no que dizia respeito à afirmação da identidade, sendo que essa afirmação teve um importante papel mediador entre a percepção de suporte social e o bem-estar psicológico (Scandurra et al., 2023). O estudo evidencia a importância de espaços que não apenas reconheçam ambas as identidades, mas que sejam afirmativos em relação a elas e corrobora com outros estudos que apontam o suporte social como importante fator de proteção.

As relações com a comunidade e o suporte social têm papel central para pessoas LGBTQIA+, podendo reduzir o impacto dos estressores de minorias (Fredriksen-Goldsen et al., 2013; Wong et al., 2014). Embora familiares e amigos heterossexuais possam oferecer apoio material ou afetivo, muitas vezes evitam acolher demandas que envolvem a vivência da sexualidade, contribuindo para processos de invisibilização (Doty et al., 2010).

Apesar de as experiências de violência nas relações íntimas impactarem significativamente saúde mental, percepção de suporte e bem-estar, os estudos com foco em sua caracterização em pessoas não binárias bissexuais ainda são escassos, principalmente no cenário nacional. Entender demandas específicas da intersecção de gênero e orientação sexual na violência por parceria íntima, bem como saúde mental e suporte social, pode auxiliar na promoção de estratégias da rede de proteção e atendimento que previnam adoecimento e revitimização desta população. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar a prevalência da VPI contra pessoas não-binárias bissexuais, caracterizar as experiências de violência específicas desta população e analisar indicadores de saúde mental e suporte social.

Método

O estudo tem delineamento quantitativo e descritivo de caráter transversal.

Participantes

Participaram da pesquisa 112 pessoas não-binárias que se autodeclararam bissexuais, com 18 anos ou mais. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) Se identificar como pessoas não-binária e bissexual; b) ter 18 anos ou mais; c) já ter vivenciado, pelo menos, um relacionamento íntimo.

Instrumentos

a) Questionário de dados sociodemográficos: composto por perguntas sobre idade, estado de residência, identidade de gênero, orientação sexual, raça/cor, escolaridade, classe social de acordo com IBGE, insegurança alimentar, entre outros.

b) Questionário sobre violência nos relacionamentos íntimos: desenvolvido pela equipe desta pesquisa, o instrumento baseia-se na tipologia estabelecida pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e no instrumento da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2005). Investiga experiências de violência nas relações íntimas na população bissexual. Inclui itens referentes a violência psicológica, sexual, física, patrimonial, mas também inclui experiências específicas da comunidade bissexual, como invalidação, fetichização e ameaças de exposição da identidade por uma parceria íntima. Para estas perguntas, as pessoas participantes poderiam responder “sim” ou “não”. Exemplos de item: “Em um relacionamento íntimo, você já sofreu alguma situação envolvendo violência psicológica? Exemplos: ameaças à sua integridade física, perseguição, chantagem emocional, xingamentos, insultos?”; “Alguma vez alguém que você estava se relacionando invalidou, negou ou duvidou da sua orientação sexual?”. O instrumento

apresentou boa consistência interna, como indicado pelo ômega de McDonald ($\omega = .73$) e pelo alpha de Cronbach ($\alpha = .74$).

c) Depression Anxiety Stress Scale (DASS-21): escala desenvolvida por Lovibond e Lovibond (1995) e adaptada por Vignola e Tucci (2014) para o contexto brasileiro. O instrumento é composto por 21 itens divididos em três dimensões que investigam indicadores de depressão, ansiedade e estresse a partir de uma escala likert que varia de 0 (não se aplicou de maneira alguma) a 3 (aplicou-se muito, ou na maioria do tempo). Exemplo de item: “Não consegui vivenciar nenhum sentimento positivo”. Alpha de Cronbach ($\alpha = .81$).

d) Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido (EMSSP): Desenvolvida por Zimet et al., (1988) e adaptada por Gabardo-Martins et al., (2017). O instrumento avalia o suporte social percebido em três contextos, sendo eles família, amigos, e outras pessoas significativas. A escala tem 12 itens e é respondida por meio de uma escala Likert de sete pontos (1 - Discordo muito fortemente a 7 - Concordo muito fortemente). Exemplo de item: “Há sempre uma pessoa especial com quem posso partilhar as minhas alegrias e tristezas”. Alpha de Cronbach ($\alpha = .77$).

Procedimentos éticos e de coleta de dados

O presente estudo faz parte de um projeto mais amplo que teve como objetivo investigar experiências de VPI contra mulheres bissexuais. A coleta de dados foi realizada no período de Maio de 2023 até Junho de 2023, online, por meio de um formulário autoaplicável construído na plataforma Qualtrics. A pesquisa foi divulgada e impulsionada nas redes sociais do grupo de pesquisa (e.g. Facebook, Instagram, Twitter), bem como em fóruns e comunidades específicas de pessoas bissexuais. A partir da divulgação, que foi realizada tendo como público-alvo mulheres bissexuais, uma parcela significativa de pessoas não binárias respondeu aos questionários e entrou em contato com a equipe. Percebendo a importância de visibilizar as experiências destas pessoas, uma emenda foi enviada ao comitê de ética, de modo a possibilitar a sua inclusão. O projeto do qual os dados foram derivados já havia sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob parecer 6000332418. No momento da coleta de dados, a natureza e os propósitos da pesquisa foram informados e somente as pessoas que aceitarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram incluídas.

Procedimento de análises de dados

Foram realizadas análises descritivas (médias e frequência) utilizando o SPSS a fim de investigar características sociodemográficas, prevalência da violência nas relações íntimas e tipologias mais frequentes, bem como indicadores de saúde mental e percepção de suporte social na amostra de pessoas bissexuais não binárias.

Resultados

A maioria das pessoas participantes era da região sudeste (49%) com idade média de 27.36 anos (DP = 6.33), com ensino superior incompleto (41%), solteira (73.2%), autodeclarada branca (66%), seguido por parda (23%) e sem filhos (93%). A renda familiar de 25% das pessoas participantes era de um a dois salários-mínimos e 24% de até um salário-mínimo, indicando que 49% da amostra está na classe D/E segundo classificação do IBGE. Ainda, 27.6% das pessoas relataram insegurança alimentar nos últimos 12 meses, sendo que 12.5% recebem benefício social do governo. Tabela 1.

Tabela 1. *Características sociodemográficas da amostra*

		N	%
Região	Norte	4	3.5
	Nordeste	26	23.2
	Centro-Oeste	6	5.3
	Sudeste	49	43.7
	Sul	25	22.3
	Missing	2	1.7
Raça	Branca	74	66
	Preta	8	7.1
	Parda	23	20.5
	Amarela/Asiática	2	1.7
	Indígena	3	2.6
	Missing	2	1.7
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	1	0.8
	Ensino Fundamental Completo	1	0.8
	Ensino Médio Incompleto	2	1.7
	Ensino Médio Completo	33	29.4
	Ensino Superior Incompleto	46	41
	Ensino Superior Completo	12	10.7
	Pós-graduação Incompleto	6	5.3

		N	%
Pós-graduação Completo		9	8
Estado Civil	Solteire	82	73.2
	Casade/União Estável	20	17.8
	Separade	1	0.8
	Outro	9	8
Filhos	Sim	5	4.4
	Não	105	93.7
	Missing	2	1.7
Renda Familiar	Até um salário-mínimo	27	24.1
	De um a dois salários-mínimos	28	25
	De dois a quatro salários-mínimos	26	23.2
	De quatro a seis salários-mínimos	14	12.5
	Acima de seis salários-mínimos	15	13.3
	Missing	2	1.7
Insegurança Alimentar	Sim	31	27.6
	Não	79	70.5
	Missing	2	1.7
Benefício Social	Sim	14	12.5
	Não	96	85.7
	Missing	2	1.7

Em relação aos índices de VPI, ao questionar se haviam sofrido alguma forma de violência em relações íntimas, 64% das pessoas participantes reportaram vitimização. Após a apresentação de cada tipologia e seus exemplos, essa prevalência aumentou para 71%. Considerando as expressões de VPI, tipificadas pela Lei Maria da Penha, a violência mais frequente foi a psicológica (66%), seguida da violência sexual (53%). Entretanto, considerando as expressões específicas contra a comunidade bissexual, encontrou-se que a invalidação/negação de sua orientação e a fetichização da identidade por parceria íntima foram as agressões mais prevalentes na amostra (70% para ambas as expressões). Mais informações podem ser encontradas na Tabela 2.

Tabela 2. *Histórico de Violência nas Relações Íntimas, Tipologias da Violência Sofrida, Invalidação da Orientação Sexual e Fetichização*

		N	%
Frequência de VPI Antes dos Exemplos	Sim	72	64.2
	Não	38	33.9
	Missing	2	1.7
Violência Psicológica	Sim	74	66
	Não	36	32.1
	Missing	2	1.7
Violência Física	Sim	26	23.2
	Não	82	73.2
	Missing	4	3.5
Violência Sexual	Sim	60	53.5
	Não	48	42.8
	Missing	4	3.5
Violência Patrimonial	Sim	19	16.9
	Não	89	79.4
	Missing	4	3.5
Invalidação/Negação da Orientação Sexual	Sim	79	70.5
	Não	28	25
	Missing	5	4.4
Fetichização	Sim	79	70.5
	Não	28	25
	Missing	5	4.4

A maior parte da amostra revelou sua orientação sexual para pessoa amiga (97.3%), e para a família próxima/nuclear (76.7%). Em relação a família estendida (avós, tios, primos etc.), a maioria das pessoas participantes não revelou sua orientação sexual (57%), assim como a ocultaram no local onde trabalham (59.8%). Além disso, 44.6% da amostra compartilhou a situação de violência com alguma pessoa amiga e apenas 1 participante denunciou formalmente a violência sofrida e esta não foi encaminhada para nenhum serviço especializado. Ainda, a maioria da amostra frequenta locais/ espaços/grupos LGBTQ+ (68.75%) e realiza acompanhamento psicológico (57.1%).

Em relação aos dados sobre sofrimento em saúde mental e percepção de suporte social, apenas 64 participantes responderam aos instrumentos que investigaram estas variáveis. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes possui ansiedade severa, depressão e estresse em níveis moderados. Em relação ao suporte social, a amostra reportou alta percepção de suporte social de pessoas amigas e de outras pessoas significativas e percepção de suporte social médio da família. Tabela 3.

Tabela 3. *Indicadores de depressão, ansiedade, estresse e suporte social*

	<i>N</i>	<i>Média</i>	<i>Interpretação</i>
Ansiedade	64	16,7778	Severo
Depressão	64	19,2381	Moderado
Estresse	64	19,254	Moderado
Suporte Outros	64	22,7213	Alto
Suporte Família	64	16,4918	Médio
Suporte Amigos	64	19,3934	Alto

Discussão

A partir dos resultados obtidos, evidencia-se o alto índice de pessoas não binárias bissexuais que possuem histórico de VPI. Não existem levantamentos nacionais a fim de comparação, mas os índices encontrados corroboram estudos internacionais que indicam prevalência maior de violência nas relações íntimas de pessoas não cisgênero e bissexuais em comparação a pessoas cis e heterossexuais (Coston, 2021; Peitzmeier et al., Waters et al., 2016). Entende-se que a intersecção destes marcadores de sexualidade e gênero geram processos de vulnerabilização que contribuem para a ocorrência da VPI e produzem barreiras específicas para o acesso às redes de proteção e atendimento.

Os dados corroboram estudo que identificou que pessoas autodeclaradas bissexuais apresentaram maior risco de experienciar violências psicológicas, tendo em vista estigmas que contribuem para a discriminação de populações monodissidentes por pessoas monossexuais (Coston, 2021). Ademais, pessoas trans são frequentemente submetidas a violência psicológica e a discriminações específicas, tais como negar-se a chamar a pessoa pelo seu nome social e pronome correspondente a sua identidade de gênero (Bonassi et al., 2015). Essas experiências de vitimização são reflexo de um tensionamento ao sistema sexo/gênero, que visa manter sua estrutura binária, invisibilizando e violentando pessoas que se opõem a estas normativas.

Considerando tipologias específicas contra pessoas não binárias bissexuais, as agressões associadas a fetichização e invalidação foram as mais frequentes. Isso corrobora a literatura internacional, a qual sugere que existem expressões específicas de violência nas relações entre pessoas LGBTQIA+. Ressalta-se que essas violências específicas, como a invalidação da identidade sexual e/ou de gênero, ocorrem de maneira mais frequente contra pessoas bissexuais e que possuem um impacto maior na saúde mental (Woulfe & Goodman, 2020). A invalidação da bissexualidade e da não binariedade enquanto possibilidades legítimas de identificação revela uma dificuldade, inclusive intracomunitária, em reconhecer as diferentes maneiras de existir fora da matriz heterossexual.

Além disso, os altos índices de fetichização reportados por pessoas bissexuais não binárias refletem estereótipos negativos associados a uma produção social imaginária da bissexualidade e da não cisgeneridade enquanto promíscuas, objetificadas e hipersexualizadas (Jaeger et al., 2019). Assim, pessoas cis e monossexuais tendem a visualizar pessoas não binárias bissexuais como sujeitos sempre disponíveis a terem relações sexuais. Ainda, na condição de objetificação, não cabe pensar no desejo desses sujeitos, mas sim em como estes podem suprir fantasias sexuais de suas parcerias íntimas. Algumas pessoas bissexuais apontaram estes estereótipos como formas pelas quais as pessoas justificaram atos de violência sexual perpetrados contra elas (Anzani et al., 2021; Bostwick et al., 2014). Esses estereótipos implicam também na dificuldade de reconhecimento das violências sexuais e na alta frequência de atos coercitivos relacionados à sexualidade (Anderson et al., 2021; Flanders et al., 2017).

Outro dado significativo é o baixo número de acesso à rede formal, tendo em vista que apenas uma pessoa da amostra efetivou denúncia pela situação de VPI. Pessoas LGBTQIA+ frequentemente optam por não denunciarem experiências de violência pela desconfiança, apreensão e a desassistência dos sistemas de saúde e justiça do país, uma vez que observam-se altos índices de violência institucional contra pessoas LGBTQIAP+ (Bonassi et al., 2015; Oliveira et al., 2023).

No presente estudo, a percepção de suporte social variou de média a alta, sendo que a amostra reportou maior percepção de suporte social na categoria outras pessoas significativas, seguida das pessoas amigas e da família. Ainda, a maior parte da amostra reportou ter compartilhado a orientação sexual com amigos e família e indicou frequentar e/ou fazer parte de espaços e coletivos LGBTQIAP+, o que pode ter contribuído para uma maior percepção de suporte, tendo em vista a importância destes espaços para afirmação da identidade.

No que diz respeito aos dados de saúde mental, os indicadores de depressão e estresse foram moderados e os de ansiedade severos, o que pode estar associado às experiências de VPI e de outras discriminações sociais. Entretanto, ressalta-se que a maior parte da amostra (57.1%) reportou estar em acompanhamento psicoterapêutico. A psicoterapia pode auxiliar a lidar com estressores decorrentes de desigualdades sistêmicas e promover uma percepção afirmativa da própria identidade (Tebbe et al., 2022). Entretanto, se estes profissionais não estiverem qualificados para acolher às demandas de pessoas bissexuais não binárias, é possível que esse espaço seja revitimizador e pouco protetivo. Posturas não afirmativas, invalidantes e de minimização das experiências de estigma, bem como a culpabilização pelas situações de violência e/ou práticas conversivas e patologizantes podem potencializar o sofrimento (Costa, 2021).

Por fim, os resultados evidenciaram também uma amostra com alta escolaridade (51.7%) mas com baixa renda familiar, indicando que 49% das pessoas participantes

estão na classe D/E, segundo classificação do IBGE, bem como apresentaram significativos índices de insegurança alimentar. Esse dado pode evidenciar a dificuldade da comunidade LGBTQIA+ na inserção no mercado de trabalho. Um estudo realizado na Espanha, encontrou que entre trabalhadores cisgênero, trans e pessoas não binárias, pessoas que se identificam como não binárias exercem menos trabalhos remunerados do que outras identidades de gênero (Aparicio-Garcia et al., 2018). Em um relatório do Reino Unido, publicado em 2019, revelou-se que mais de quatro a cada dez trabalhadores bissexuais não eram assumidos no espaço de trabalho, em comparação a 1,5 a cada dez lésbicas e gays (TUC, 2021). Neste mesmo relatório, aproximadamente 40% das pessoas trans e 46% das pessoas bissexuais relatam ter sofrido assédio no contexto de trabalho. Ainda, pesquisa aponta que trabalhadores LGBTQIA+ reportam sofrerem até quatro vezes mais experiências de discriminação específicas no trabalho do que colegas cisheterossexuais (Sears et al., 2021). Isso pode auxiliar a explicar o porquê a maior parte da amostra do presente estudo (59%) não revelou a orientação sexual no local de trabalho. Pobreza, exclusão social e outras condições decorrentes de desigualdades sistêmicas são fatores de risco para experiências de violência, de modo que discutir condições materiais e empregabilidade de pessoas bissexuais não binárias é essencial para políticas de proteção.

Considerações Finais

O presente estudo investigou as experiências de violência nos relacionamentos íntimos de pessoas não-binárias bissexuais no Brasil, bem como indicadores de saúde mental e suporte social. Os resultados indicam uma alta prevalência de violência psicológica e sexual dentro desses relacionamentos, refletindo desafios significativos devido a estigmas presentes tanto na comunidade cis-heterossexual quanto na LGBTQIA+. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas que reconheçam e protejam essa população. As políticas públicas devem ser formuladas com estratégias específicas destinadas às pessoas não binárias bissexuais, que encontram-se em uma intersecção de risco no que diz respeito a experiências de violência em função de inequidades sistêmicas e estigmas sociais perversos. As legislações de prevenção à VPI que considerem pessoas não binárias e não partam de compreensões monossexuais e heteronormativas são cruciais para garantir a proteção abrangente desses indivíduos. A inclusão de linguagem neutra nos dispositivos legais, por exemplo, é fundamental para assegurar que as leis reconheçam e protejam adequadamente vivências fora do binarismo de gênero. Assim, destaca-se a importância do letramento de gênero e sexualidade para profissionais que atuam em serviços das redes de proteção e atendimento a pessoas em situação de violência para criar ambientes seguros e acolhedores que garantam direitos e promovam saúde.

Apesar das limitações do estudo, como o pequeno tamanho amostral e a metodologia baseada em questionários online, inicialmente direcionado a mulheres bissexuais, os resultados ressaltam a importância de intervenções e produções científicas que considerem a especificidade da intersecção de gênero e orientação sexual. Futuras pesquisas com abordagem qualitativa poderão elucidar aspectos da dinâmica da violência e características singulares dessas vivências.

A psicologia desempenha um papel importante na promoção de intervenções afirmativas que podem auxiliar a mitigar os danos causados por estigmas transfóbicos e bifóbicos internalizados, melhorando a saúde mental e promovendo cuidado e bem-estar das pessoas não-binárias bissexuais (Tebbe et al., 2022). Entende-se que uma compreensão aprofundada de características específicas de gênero e orientação sexual pode fomentar avanços significativos na formulação de ações mais inclusivas e eficazes, capazes de abordar de maneira integrada os desafios singulares dessa população.

Referências

- Anuário Brasileiro de segurança Pública 2025, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 19- 2025 ISSN: 1983-7364 Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>
- Anderson, R. E., & Tarasoff, L. A., & VanKim, N., & Flanders, C. (2021). Differences in rape acknowledgment and mental health outcomes across transgender, nonbinary, and cisgender bisexual youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), NP7717-NP7739. <https://doi.org/10.1177/0886260519829763>
- Anzani, A., & Lindley, L., & Tognasso, G., & Galupo M., Prunas, A. (2021). “Being talked to like I was a sex toy, like being transgender was simply for the enjoyment of someone else”: Fetishization and sexualization of transgender and nonbinary individuals. *Archives of Sexual Behavior*, 50(4), 897-911. <https://doi.org/10.1007/s10508-021-01935-8>
- Apóstolo, J. L. A., & Mendes, A. C., & Azeredo, Z. A. (2006). Adaptation to Portuguese of the Depression, Anxiety and Stress Scales (DASS). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 863–871.
- Aparicio-García ME, Díaz-Ramiro EM, Rubio-Valdehita S, López-Núñez MI, García-Nieto I. (2018) Health and Well-Being of Cisgender, Transgender and Non-Binary Young People. *Int J Environ Res Public Health*.15(10):2133. doi: 10.3390/ijerph15102133
- Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Recuperado de <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
- Balem, I. (2020). (Bio)política nos corpos, violência normativa e (in)visibilidade da identidade de gênero não binária: perspectivas do reconhecimento e desdobramento até o direito

- à extimidade. Dissertação de mestrado não-publicada. Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23180/DIS_PPGDIREITO_2020_BA-LEM_ISADORA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Bauer, G., & Hammond, R., & Travers, R., & Kaay, M., Hohenadel K., Boyce, M. (2009). "I don't think this is theoretical; this is our lives": How erasure impacts health care for transgender people. *Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, 20(5), 348-361. <https://doi.org/10.1016/j.jana.2009.07.004>
- Bonassi, B. (2017). Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação de mestrado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de https://www.academia.edu/35297968/Cisnorma_Acordos_societ%C3%A1rios_sobre_o_sexo_bin%C3%A1rio_e_cisg%C3%AAnero_Brune_Bonassi_pdf
- Bonassi, B., & Amaral, M., & Toneli, M., & Queiroz, M. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 83-98. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1283>
- Bostwick, W., & Hequembourg, A. (2014). 'Just a little hint': bisexual-specific microaggressions and their connection to epistemic injustices. *Culture, Health & Sexuality*, 16(5), 488-503. <https://doi.org/10.1080/13691058.2014.889754>
- Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Brasil. (2021). Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14132.htm
- Brasil. (2018). Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm
- Brooks, V. R. (1981). Minority Stress and Lesbian Women, In Minority Stress and Lesbian Women. Lexington Books.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Editora Civilização Brasileira.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Boitempo Editorial.
- Coston, B. M. (2021). Power and inequality: Intimate partner violence against bisexual and non-monosexual women in the United States. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(1-2), 381-405. <https://doi.org/10.1177/0886260517726415>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>

- Doty, N. D., & Willoughby, B. L., & Lindahl, K. M., & Malik, N. M. (2010). Sexuality related social support among lesbian, gay, and bisexual youth. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(10), 1134-1147. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9566-x>
- Eisner, S. (2013). *BI Notes for a Bisexual Revolution*. Seal Press.
- Flanders, C. (2017). Under the bisexual umbrella: Diversity of identity and experience. *Journal of Bisexuality*, 17(1), 1-6. <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1297145>
- Fredriksen-Goldsen, K. I., et al (2013). The physical and mental health of lesbian, gay male, and bisexual (LGB) older adults: The role of key health indicators and risk and protective factors. *The Gerontologist*, 53(4), 664-675. doi: 10.1093/geront/gns123
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (13a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- García-Moreno, C. (2005). WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: Summary report. *World Health Organization*. Recuperado de: https://onvg.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/31/2019/11/924159358X_eng.pdf
- Jaeger, M., & Longhini, G., & Oliveira, J., & Toneli, M. (2019). Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Revista Periódicus*, 11(2), 1-16. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.28011>
- Lewis, E. (2012). *Não é uma fase: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais* (Tese de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20671/20671_1.PDF
- Lima, H. (2020). *Não binariedade: Uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero* (21a ed.). Pelotas: Revista seara filosófica, 170-184. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/searafilosofica/article/view/20053>
- Lovibond, S. H., & Lovibond, P. F. (1995). *Manual for the Depression Anxiety Stress Scales*. Psychology Foundation.
- Matta, T. (2021). *Violência entre parceiros íntimos na percepção de jovens das minorias sexuais* (Tese de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/19553>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Meyer, I. H. (2015). Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(3), 209-213. <https://doi.org/10.1037/sgd0000132>
- Oliveira, L., & Costa, J., & Oliveira, M. (2023). Violência por Parceiro Íntimo (VPI) entre casais LGBTQIA+. *CONCILIUM*, 23(2). <https://doi.org/10.53660/CLM-744-23A15>
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Genebra: OMS.

- Peitzmeier, S. M., & Malik, M., & Kattari, S. K., & Marrow, E., & Stephenson, R., & Agénor, M., & Reisner, S. L. (2020). Intimate partner violence in transgender populations: Systematic review and meta-analysis of prevalence and correlates. *American Journal of Public Health, 110*(9), e1-e14. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2020.305774>
- Pinto, I., & Andrade, S., & Rodrigues, L., & Santos, M., & Marinho M., & Benicio L., & Correia R. et al. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira Epidemiol, 23*(1), e200001. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>
- Ross, L., & Dobinson, C., & Eady, A. (2010). Perceived determinants of mental health for bisexual people: A qualitative examination. *American Journal of Public Health, 100*(3), 1-7. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2008.156307>
- Ross, L., & Salway, T., & Tarasoff, L., Mackay, J., & Hawkins, B., & Fehr, C. (2018). Prevalence of Depression and Anxiety Among Bisexual People Compared to Gay, Lesbian, and Heterosexual Individuals: A Systematic Review and Meta-Analysis. *The Journal of Sex Research, 55*, 435-456. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1387755>
- Scott, J. (1989). Gender: A useful category of historical analysis. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Sears, B., Mallory, C., Flores, A. R., & Conron, K. J. (2021). *LGBT people's experiences of workplace discrimination and harassment*. UCLA School of Law, Williams Institute. Recuperado de <https://www.sjsu.edu/ccll/docs/Workplace-Discrimination-Sep-2021.pdf>
- Silva, C. (2006). A violência de todas as formas - um problema de saúde coletiva. *RBPS*. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/408/40819101.pdf>
- Scandurra, C.; Esposito, C.; Fantacci, F.; Borrello, L.; Bochicchio, V.; Giunti, D.; Antonelli, P. (2023) Social Support, Identity Affirmation, and Psychological Well-Being: A Developmental and Intersectional Comparison between Italian Cisgender and Non-Binary People with Bisexual Orientation. *Int. J. Environ. Res. Public Health*. <https://doi.org/10.3390/ijerph20043237>
- Scandurra, C., Mezza, F., Maldonato N., Bottone, M., Bochicchio, V., Valerio, P., Vitelli, R. (2019). Health of Non-binary and Genderqueer People: A Systematic Review. *Frontiers Psychology, Sec. Gender, Sex and Sexualities*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01453>
- Stariolo, M. (2022). Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil. *Jornal da UNESP, São Paulo*. Recuperado de <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-alglt-no-brasil/>
- Tebbe, E.A., & Budge, S.L. (2022). Factors that drive mental health disparities and promote well-being in transgender and nonbinary people. *Nat Rev Psychol* 1, 694–707 <https://doi.org/10.1038/s44159-022-00109-0>
- Trades Union Congress (2021). “LGBT sexual harassment.” Recuperado de <http://www.tuc.org.uk/campaigns/lgbt-sexual-harassment>.

- Vignola, R. C., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104-109. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>
- Waters, E. National Coalition of Anti-Violence Programs (NCAVP). (2016). *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, and HIV-Affected Intimate Partner Violence in 2015*. New York,. Recuperado de https://avp.org/wp-content/uploads/2017/04/2015_ncavp_lgbtqip-vreport.pdf
- Wong, C. F., & Schragar, S. M., & Holloway, I. W., & Meyer, I. H., & Kipke, M. D. (2014). Minority stress experiences and psychological well-being: The impact of support from and connection to social networks within the Los Angeles house and ball communities. *Prevention Science*, 15(1), 44-55. <https://doi.org/10.1007/s11121-012-0348-4>
- Woulfe, J. M., & Goodman, L. A. (2020). Weaponized oppression: Identity abuse and mental health in the lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer community. *Psychology of violence*, 10(1), 100.